




C A P Í T U L O 2

Conhecimento e hierarquias de gênero: a desqualificação como estratégia de poder

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4302528082>

Dayse de Paula Marques da Silva

Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro

RESUMO: O projeto *Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: buscando um diálogo no campo dos direitos humanos*, realizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), tem diferentes abordagens no campo das hierarquias profissionais. Tem destacado o foco das relações de gênero no campo do ensino superior em suas publicações. A pesquisa é resultado de investimentos em áreas de concentração de estudos, desde a realização das pós-graduações *stricto sensu* em Sociologia - mestrado com apresentação da dissertação de tese em 1989 e doutorado com a apresentação da tese em 1998, no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). O campo empírico do projeto é a UERJ e os dados referentes à distribuição das vagas por cursos, sexo e cor, tem sido acompanhado no estudo, confirmando uma “lógica de gênero”, ainda muito marcante nas opções por carreiras nos exames de acesso ao ensino superior. A concentração por sexo em alguns cursos universitários se mantém e vários deles tem uma trajetória histórica de formação de quadros femininos, desde a sua origem, a partir das mulheres que buscavam a profissionalização. Um dos argumentos mais marcantes que ainda tem lugar na avaliação de impacto deste fenômeno, é a tendência de as mulheres buscarem adesão em profissões que impliquem “cuidar de alguém”. A sociologia das profissões tem como um forte viés de análise o conhecimento como forma de poder. “Cuidar de alguém”, não tem sido valorizado, o que limita o seu poder.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho, Gênero, Etnia; Políticas Públicas, Ensino Superior

INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa *Mercado de trabalho e políticas públicas de gênero e etnia: buscando um diálogo no campo dos direitos humanos*, tem como objeto as relações de gênero e étnico-raciais no ensino superior e tem com objetivos: analisar a repercussão das políticas públicas de gênero e etnia do Estado Brasileiro em cursos universitários; analisar a parceria entre a universidade e o mercado de trabalho na implantação de novas formas de gestão e incentivo a progressão de carreiras que enfrentem a discriminação de gênero e etnia; analisar o potencial de mudança das políticas públicas de gênero na estrutura de carreiras no mercado de trabalho e propor ações na formação universitária que instrumentalize os futuros profissionais a superar discriminações de gênero e étnico-raciais no ambiente de trabalho. A metodologia consiste em analisar os dados sistematizados pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) quanto ao perfil dos discentes, com base nas variáveis que interessam ao estudo - sexo e cor, observando a sua distribuição por cursos universitários. Esses dados são apresentados no Anuário Estatístico da UERJ (DATAUERJ), que está disponível na página da Universidade. O Núcleo de Informações e Estudos de Conjuntura (NIESC/UERJ) é o que produz o DATAUERJ.

A partir desta análise, pretende-se estabelecer os cursos universitários, prioritários para realização de entrevistas (semiabertas) e aplicação de questionários com questões abertas, mas de modo a viabilizar respostas objetivas. Caso, sejam observadas dificuldades para análise mais segura quanto à interpretação das respostas, será combinado o retorno para nova abordagem ao entrevistado. A leitura dos planos nacionais, lançados pelo Governo Federal, para enfrentamento da discriminação de gênero e étnico-racial, desde a década de 1990, no Brasil, são documentos que orientam a comparação entre os períodos analisados e os dados referentes a distribuição por sexo no ensino superior.

Os planos nacionais sempre apresentam a área da educação como campo de ação estratégico. Observamos as suas metas e propostas e comparamos com os dados produzidos sobre a distribuição por sexo e cor no ensino superior no período analisado. Destacamos sempre, a influência que as políticas internacionais quanto as temáticas estudadas no projeto, exercem nos planos nacionais. Têm bastante impacto. A questão étnico-racial na universidade tem sido objeto de maior visibilidade no debate acadêmico e político, ao longo deste período, comparando com as questões relacionadas à discriminação de gênero.

Desde a implantação do sistema de reserva de vagas com critérios étnico-raciais, o debate público foi tomado pelas controvérsias relativas à sua segurança jurídica, o que foi superado com o julgamento do STF, no Brasil, em 2012. Resolveu-se a institucionalidade, mas a controvérsia continua no espaço da cultura. A sua expansão

para os concursos públicos, não são um debate superado e, no momento está sendo preparado um levantamento das iniciativas que a universidade tem estabelecido nessa direção, que são bem recentes. No caso da UERJ, a criação da Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantil (PR-4), em 2020, que concentrou as ações sobre a política da reserva de vagas na UERJ e muitas dessas ações são novas. Há, também, a recentíssima Superintendência de Equidade Étnico-Racial e de Gênero (SUPEERG), criada em 2024. Para o alcance de um dos objetivos do projeto, este levantamento é fundamental, considerando que são políticas relacionadas ao temas do projeto, nas quais a UERJ tem avançado. A perspectiva é, ao concluir este levantamento, comparar com as políticas propostas nos planos nacionais, no período e iniciativas relacionadas aos organismos internacionais.

Nesse sentido, estão previstas entrevistas com os gestores destes setores na UERJ. O projeto tem a chancela institucional, considerando que foi aprovado na seleção no Programa PROCÊNCIA/UERJ, em 2015, sem bolsa.

O levantamento de dados referente ao Anuário Estatístico da UERJ, comparado com dados que estão disponíveis no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), quanto ao Censo do Ensino Superior, no Brasil, mostram que o fenômeno da concentração extrema por sexo em alguns cursos universitários é uma “tendência” que “não muda”. Desse modo, será mantida a análise destes dados no Anuário Estatístico da UERJ (DATAUERJ), cujo desdobramento será discutida com o setor que o elabora na universidade, o Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (NIESC/UERJ). O que a estatística está nos mostrando é que existe um fenômeno, condicionado ao sexo (a característica física de um corpo) na universidade – concentração histórica em alguns cursos.

Estes dados, permitem continuar afirmando que a “lógica de gênero” no campo do conhecimento formal, institucionalizado como campo de saber chancelado pela “expertise”, se mantém. As hierarquias do conhecimento também se mantêm. Mas a interseção deste debate com a sociologia das profissões, ainda estamos construindo.

As publicações de pesquisadoras no campo do gênero e educação, buscaram desvendar essa interseção, quando analisaram os chamados “saberes femininos” incorporados nestes cursos de tradição de mulheres (LOURO:1987; ROSEMBERG: 1992). Essa abordagem “natureza do conhecimento e escalas de prestígio”, é uma contribuição importante da sociologia das profissões pouco discutida no campo do gênero.

O campo de estudos em que o projeto está inserido - o das relações de gênero, está em um momento de embates conceituais importantes, o que implicou em investir numa “parada” estratégica para ouvir e discutir com pares, “por onde vai o conceito de gênero”? Houve um ataque concentrado ao campo, por meio de instrumentos

ideológicos permeados por juízos de valor, preconceitos, de uso político tão extremo que de certa forma, tivemos que dedicar tempo para “elucidá-lo”. No caso, a partir do investimento no último objetivo registrado no projeto: a capacitação e formação de profissionais.

Foram mantidos os cursos de extensão oferecidos para profissionais ao longo do tempo, mas os intensificamos, principalmente para aqueles que atuam diretamente na execução de políticas públicas, especialmente, na assistência social. Esta área tem a participação de muitas instituições religiosas como parceiros do Estado. O gênero tem sido um tema bastante distorcido. Os gestores públicos, indicam temores quando propõem ações ligadas ao enfrentamento da violência doméstica ou, ao tema do aborto, que se concentra no debate das políticas de saúde reprodutiva. Os cursos tomam bastante da agenda do projeto de pesquisa e de extensão e, no momento, fazem parte de uma etapa que o projeto de pesquisa pretende finalizar: a da relação universidade e mercado de trabalho.

O projeto tem uma dupla entrada no que se refere ao último objetivo: a formação de futuros profissionais (na graduação - disciplinas e orientação de iniciação científica, assim como de extensão) e capacitação continuada - os profissionais que já estão no mercado de trabalho. Estes, já estão no mercado de trabalho mas, despreparados para atuar nas políticas de gênero.

Os cursos de extensão oferecidos para profissionais evidenciam a necessidade de uma saber específico - entender o conceito de gênero como uma relação universal de poder, marcado nas culturas (em algumas muito rigidamente), diante das demandas colocadas em alguns atendimentos, como o da violência doméstica, por exemplo. Mas qual a função da universidade diante deste problema? Por que está como objeto do estudo no projeto? A maioria destes profissionais que fazem o curso, são mulheres, queixam-se do desgaste desse serviço, que precisa de conhecimento especializado, competente, no trato de problemas sociais tão complexos. Os salários são baixíssimos e esta atuação tende a ser repetidamente desqualificada no *ranking* das profissões. Este fato, ainda não mudou. Estão chegando novas leis que buscam enfrentar esse problema de o “cuidado como saber”. A lógica institucionalizada do saber é outra, não é mesma daquela cotidiana apreendida na socialização da conduta por sexo na sociedade.

Entretanto, no caso das mulheres, estes momentos tenderam a se confundir e o objetivo deste texto é explorar um pouco mais este aspecto instável do conhecimento como uma moeda que confere prestígio.

O CONCEITO DE GÊNERO E SUAS CONTROVÉRSIAS

O conceito de gênero, foi definido a partir de uma perspectiva das relações sociais baseadas nas representações do feminino e do masculino em contextos culturais específicos e provoca um debate sobre a formação de identidades no campo sociológico e antropológico em uma nova perspectiva das relações de poder. O poder não tem um viés, apenas econômico ou político, este, em um sentido mais tradicional, das representações formalizadas em partidos, instituições e organizações, onde o comando dificilmente esteve com uma mulher. **É o poder que um homem exerce sobre uma mulher**, por exemplo, reconhecido como uma ação discriminatória entre pessoas, nas legislações mais recentes. No campo, diferentes dimensões surgiram quanto a utilização do conceito de gênero: no trabalho, na família, na saúde, na educação, no exercício da sexualidade.

O viés que tem mais destaque no estudo é o do trabalho e da educação, considerando o interesse na universidade como espaço de formação profissional, portanto de hierarquias entre grupos com base na *expertise*.

O JEITO FEMININO DE SER

Retomando o que foi indicado no resumo, o que seria “cuidar de alguém”, como profissão e porque tal atividade, “não confere poder”, desde que não é valorizada? Não se trata do poder que na sociologia das profissões confere poder: o conhecimento complexo, o mergulho no saber especializado que torna aquele profissional diferenciado no interior do seu próprio grupo. Valoriza-se a capacidade de argumentação clara e consistente, o descobrir de uma ideia nova que leva a tanta inovação no seu campo de saber, porque constituiu uma metodologia própria com base em tudo que leu, pesquisou etc. Em uma lógica de mercado capitalista, onde o que vale é o que você consegue vender e caro, a sua valorização aumenta e o seu prestígio também, conforme aumenta o seu poder de compra. Essa lógica não funciona, exatamente da mesma forma, no campo do conhecimento e, portanto, nas valorizações que ocorrem entre os grupos profissionais.

O prestígio tem um forte viés na inovação do conhecimento, que traga novos paradigmas e traga perspectivas melhores de solução de problemas, o que na sociologia das profissões, definiria hierarquias diferenciadas. Outro argumento nesta linha de estudos é o impacto da responsabilidade quanto à vida humana na atuação profissional, particularmente, no campo da saúde e, por isto, tendem a ter mais prestígio, a serem mais valorizadas. Entretanto, o prestígio que adquirem na sociedade, a medicina, a enfermagem e a biomedicina, não é o mesmo. Nesse ponto é que os estudos de gênero têm colocado o problema do conhecimento e os saberes que não são tão valorizados, com base no sexo e no enforque do conceito de gênero.

Esse debate, sempre leva a uma lembrança em grupo de estudos com bolsistas da pesquisa ao analisarmos um texto da Joan Scott, na década de 1990. Uma aluna referiu-se algumas vezes à Joan Scott como se fosse um autor, um homem, ao comentar o texto. Ela a dizia, ele. Ao corrigi-la, a bolsista mostrou muita surpresa ao saber que era uma autora, uma mulher. Indagada sobre porque achava que era um homem, se havia confundido o nome de John com Joan, ela respondeu que não havia confundido os nomes. Achava que era um homem mesmo, um autor, o texto parecia de um homem, parecia um homem escrevendo. Ficou clara a associação que ela fez com uma forma de escrever, de manifestar-se intelectualmente, com um tipo de expressão, de escrita masculina. Foi um longo debate no grupo de pesquisa. Após este episódio, essa impressão se repetiu em outras situações em que aplicava o texto, o que chamou bastante atenção para a complexidade do conceito de gênero nas ciências sociais.

O espaço do conhecimento, do saber, da intelectualidade, foi historicamente, dos homens, exatamente, pelos processos históricos e culturais que vivenciamos. A sociologia e a antropologia têm como objeto de estudo exatamente esses processos e tem extraído daí, teorias sobre formação de grupos e identidades na sociedade. Entretanto, não incorporou essa dimensão do gênero, o problema do sexo, como um expressivo elemento constituinte do comportamento, com exceção de Margaret Mead. Certamente, houve, registros, iniciativas, de pesquisadores quanto ao sexo, no início dessas ciências, mas de modo a incorporá-las, naturalmente: mulheres são assim, homens de outro jeito. Quando saímos da vontade de Deus, entramos no absoluto da biologia e sua fisiologia sem escapatória, como se não houvesse costumes, normas, conforme diferentes culturas.

Algumas autoras no campo do gênero, como Guacira Louro, Cristina Bruschini, Fulvia Rosemberg, começaram a debater esse viés do “conhecimento feminino” que tendeu a se profissionalizar, no Brasil. Louro, se dedica a cursos universitários com tradições de mulheres, que se profissionalizaram a partir da década de 1940/1950, como o Serviço Social e o Magistério. As suas argumentações quanto as associações entre os afazeres domésticos e os currículos dessas primeiras escolas profissionais, são muito interessantes.

Além desse tipo de argumentação sobre educação feminina, apareciam outro de origem religiosa ou revestidos de “cientificismo”. Assim alguns defendiam que a mulher tivesse menos instrução por razões morais, para que se mantivesse no papel de conservadora dos valores familiares, isto é, impedindo as inovações perturbadoras da ordem que surgiam na sociedade. Outros acreditavam que ela era inferior ao homem mentalmente, fosse por razões biológicas fosse por razões históricas (GUACIRA, 1987, p.27).

Nessa síntese, o foco para o qual convergiu a atenção da autora foi a educação feminina no que apresenta de particular, seja no plano factual ou descritivo, seja na argumentação filosófica-ética que orientava propostas educacionais para mulheres,

seja ainda, na tentativa de compreensão da especificidade de sua trajetória escolar. (...) Parte importante de sua síntese destinou-se a destacar as justificativas ou explicações para as diferenças de trajetórias escolares de homens e mulheres: as de natureza biológica; as de caráter psicológico, onde não se alardeia a superioridade masculina mas a existência de “atributos distintos”, que mantem o caráter normal da diferença (aqui foi incluída toda a produção que menciona os conceitos de vocação e aspiração, que orientam uma vasta produção psicológica nas décadas de 50 e 60. No final, a autora aponta as incipientes análises sociológicas que “tem-se proposto a explicar a especificidade da participação feminina na sociedade contemporânea como dupla determinação de classe e de sexo (ROSEMBERG, 1992, p.152)

Joan Scott, no seu texto clássico da década de 1990, quando traz o conceito de gênero no seu super citado artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, com iniciativa pioneira de tradução da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sugere que as ciências humanas, invisibilizaram as mulheres na história. Foi quando começamos a prestar atenção nisso. É verdade! A autora não se limita a constatar tal fato, mas propõe a incorporação do conceito de gênero, como uma categoria que fundamenta a análise histórica, dirige a interpretação dos documentos guardados em baús e arquivos, em “segredo”.

As preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria de análise só emergiram no fim do século XX. Elas estão ausentes na maior parte das teorias sociais formuladas desde o século VIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição masculino/feminino, outras reconheceram uma “questão feminina”, outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos não tinha aparecido. Esta falta poderia explicar em parte a dificuldade que tiveram as feministas contemporâneas de integrar o termo gênero nos conjuntos teórico pré-existentes e de convencer os adeptos de uma ou outra escola teórica de que o gênero fazia parte de seu vocabulário (SCOTT, 1990, p. 13)

O que poderiam fazer as(os) historiadoras que depois de tudo, viram sua disciplina rejeitada como uma relíquia do pensamento humanista? Não penso que nos devemos deixar os arquivos ou abandonar o estudo do passado, mas acredito, em compensação, que devemos mudar alguns de nossos hábitos de trabalho, algumas questões que temos colocado. Devemos analisar atentamente nossos métodos de análise, clarificar nossas hipóteses principais, e explicar como pensamos que a mudança tem lugar (SCOTT, 1990, p. 14)

Quantas não surgiram de lá para cá. Mulheres aviadoras na segunda guerra mundial, esposas cientistas sem assinatura, mulheres negras no exército, mulheres se vestindo e se passando por homens para se inserirem nas academias e universidades e por aí vai.

Bourdieu, se “rende” aos argumentos e se debruça sobre esse debate, e numa perspectiva sociológica entremeada por sua imersão antropológica, trata da “construção do feminino e do masculino”, na complexa rede de significados que vamos tecendo na cultura. Recuperando estudos que fez na década de 1960, junto aos *Cabilas* sustenta algumas comparações entre as culturas quanto a esta construção do masculino e do feminino na cultura. A cultura reproduz simbologias associadas ao que é definido como masculino e feminino nas diferentes culturas,

sendo possível observar tendências universalizantes: mole, duro, vazio, cheio, fora, dentro, nas representações relacionadas aos sexos.

Entretanto, parece responder no seu prefácio à edição alemã, da publicação sobre a dominação masculina, a críticas quanto a sua produção acadêmica com fundamento na citação anterior de Joan Scott.

Este livro, em que pude precisar, reforçar e corrigir minhas análises anteriores sobre o mesmo tema, apoiando-me no grande número de trabalhos dedicados entre os sexos, põe em questão, explicitamente a questão, obsessivamente lembrada pela maior parte dos analistas (e de meus críticos) da permanência ou da mudança (constatadas ou desejadas), da ordem sexual: é de fato, a importação e a imposição desta alternativa ingênua e ingenuamente normativa que levam a perceber contra toda a evidência, a constatação da constância relativa das estruturas sexuais e dos esquemas através dos quais elas são percebidas como uma maneira condenável e imediatamente condenada, falsa e imediatamente refutada (lembrando todas as transformações na situação das mulheres), de negar e de condenar as mudanças nesta situação (BOURDIEU: 2010, Prefácio à edição alemã).

O debate do gênero, sempre esteve em torno das representações do que é feminino e masculino na cultura. O que o feminismo trouxe como inovação foi que este debate está marcado por uma relação de poder negada porque é naturalizada em aptidões próprias e determinadas pela natureza. Isto é, existe uma relação de poder, que subjugava mulheres aos homens, mas, que ficou “explicado” por muito tempo, como fraco e forte, precisando o fraco da proteção do forte. Por isso, as mulheres precisam ser protegidas deste mundo, porque são fracas e precisam ficar encerradas dentro de casa, não confinadas, protegidas. O movimento feminista, desvenda que não estão protegidas, estão confinadas. É diferente.

Em relação ao acesso das mulheres à educação, o debate tem outra complexidade. A capacidade de pensar, de refletir por si mesma e muito menos, raciocinar sobre algo importante que levasse a uma descoberta científica, hoje, assim chamadas as ideias brilhantes – científicas, antes, filosóficas, era uma tarefa impossível para as mulheres. Esse ser por muito tempo, inclusive, teve o seu próprio sexo, negado. O corpo físico era o de modelo masculino, a mulher era um ser castrado, pois não tinha pênis. O avanço da medicina e as novas descobertas da biologia mostraram um caminho diferente. Daí, chegamos ao feminismo que buscou uma afirmação da mulher como cidadã, com um corpo próprio e nesse caso, também com um cérebro próprio e ele poderia funcionar bem, independente do de um homem. Pensar é uma atividade independente do sexo e a sua livre expressão está consagrada na maioria dos ordenamentos jurídicos de base democrática. O Talibã, por exemplo, não entenderia esses princípios.

Diante desses avanços, espera-se que o acesso às universidades seja garantido sem muitos percalços para as mulheres. Entretanto, a realidade não é tão linear. No Brasil, após, enfrentarmos a tentativa de promulgar o Estatuto da Família, na década

de 1940, pelo Governo Vargas e sua proposta de uma educação sexista – turmas ou colégios separados para meninos e meninas, temos na universidade, curso com significativa concentração por sexo. Em geral, “coincidem” com carreiras que no *ranking* dos salários e do prestígio não são tão bem-sucedidas.

Existe um saber feminino ou o seu contraponto: um saber masculino? Essa questão não tem ressonância na sociologia das profissões que tem baseado as suas teorias e fundamentações nas escalas de prestígio do conhecimento. Algumas formas de conhecimento são mais valorizadas do que outras, algumas áreas de conhecimento têm mais prestígio do que outras.

Esta discussão tem uma perspectiva cognitiva: saberes mais complexos, que demandam mais *expertise*, mais tempo de formação etc., envolvendo mais responsabilidades diante da sociedade. Profissões que tem responsabilidade sobre a vida humana diretamente, tendem a ser mais valorizadas, mas não todas. Nesse momento, é importante observar a contribuição que a sociologia das profissões pode proporcionar nesse debate das hierarquias de gênero. No campo das profissões existem conhecimentos mais complexos, sofisticados, que exigem mais intelectualmente para o sucesso da ação profissional. Tradicionalmente, não se discutia se havia um “conhecimento feminino” ou um “conhecimento masculino”, na órbita das profissões, mas conhecimento sobre algo, algum objeto de interesse científico.

MERCADO DE TRABALHO E PROFISSÕES

Os dados que o IBGE tem divulgado com base nos últimos levantamentos tem mostrado que essa distribuição por sexo não tem mudado significativamente quanto a algumas dessas profissões que estamos acompanhando na pesquisa. Serviço Social, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, por exemplo, tem se mantido com forte concentração na área de serviços e na universidade os cursos têm extrema concentração do sexo feminino.

Os dados da UERJ, acompanham uma tendência observada nos levantamentos do IBGE. O Censo do Ensino Superior, divulgado pelo INEP, não desagrega por curso universitário e sexo, mas por instituições de ensino. Em geral, há uma divulgação do número de alunos, vagas ocupadas, por curso de graduação em instituições de ensino, mas não por sexo, neste indicador. Esta informação, provavelmente, tem que ser solicitada previamente ao instituto, considerando o tamanho do banco de dados. A única informação sobre distribuição por sexo no *Resumo do Censo do Ensino Superior de 2021* foi, a *Tabela 3.07 – Número de Ingressos por Processo Seletivo, de Matrículas e de Concluintes em Cursos de Graduação Presencial, por Sexo, segundo*

a *Organização Acadêmica – Brasil – 2011-2021*. Há uma tendência em destacar esta informação por sexo para os dados referentes aos concluintes.

Os cursos de graduação com maior número de matrículas são: pedagogia (821.864), direito (671.726), administração (638.789), enfermagem (457.968), contabilidade (327.499), psicologia (314.543), sistema de informação (308.850), educação física (254.383), medicina (245.501) e gestão de pessoas (209.691), segundo informações disponibilizadas em quadro da publicação do Censo da Educação Superior 2022 (BRASIL, 2023, p.39). Apresenta um quadro, desagregando cursos presenciais e de ensino a distância (EAD), o que chama a atenção quanto à alguns cursos de graduação. Entretanto, não será objeto de análise neste momento.

Segundo a cartilha de orientação do Censo da Educação Superior de 2025, esta publicação é fundamental para conhecer a estrutura do ensino superior, no Brasil.

O Censo da Educação Superior é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por meio da Diretoria de Estatísticas Educacionais (Deed), conforme a Lei nº 9.448/1997. É o instrumento de pesquisa mais completo do Brasil sobre as Instituições de Educação Superior (IES) que ofertam cursos de graduação e sequenciais de formação específica, além de seus alunos e docentes. Essa coleta tem como objetivo oferecer à comunidade acadêmica e à sociedade informações detalhadas sobre a situação e as grandes tendências do setor. O Censo da Educação Superior reúne informações sobre as IES, seus cursos de graduação e sequenciais, presenciais ou a distância, vagas oferecidas, candidatos, matrículas, ingressantes e concluintes, além de informações sobre docentes nas diferentes formas de organização acadêmica e de categoria administrativa (...) A declaração de dados para o Censo da Educação Superior é obrigatória para todas as IES públicas e privadas, conforme o artigo 4º do Decreto nº 6.425, de 4 de abril de 2008, que dispõe sobre o censo anual da educação. A coleta abrange todos os cursos de graduação: bacharelado, licenciatura e tecnológico, além dos cursos sequenciais de formação específica, nas modalidades de ensino presencial e a distância. (BRASIL: 2025, p.4).

Entre os itens que a cartilha contém, assinalando a importância do Censo, estão algumas que destacamos:

Oferecer informações estatísticas confiáveis, que permitam conhecer e acompanhar o sistema; brasileiro de educação superior; subsidiar o Ministério da Educação com informações estatísticas para as atividades de monitoramento e avaliação, programas de expansão e de melhoria da qualidade desse nível de ensino, entre outros; disponibilizar dados para o cálculo de indicadores que fundamentam a formulação e a implementação de políticas públicas, como o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Cálculo do indicador aluno equivalente; contribuir com o trabalho dos gestores das IES e demais gestores de governo, de instituições de âmbito público ou privado, pesquisadores, especialistas e estudantes do Brasil e de outros países, bem como de organismos internacionais (...). BRASIL: 2025, p. 10).

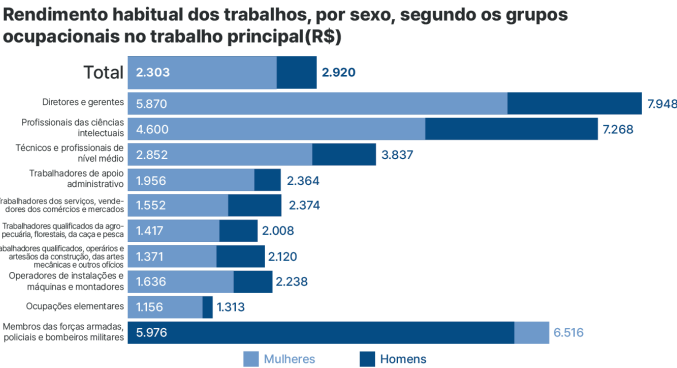
Entretanto, o Censo, não inclui informações, ao menos, divulgadas nas sinopses anuais, sobre a distribuição por sexo e cursos universitários, o que no caso da pesquisa, é fundamental. Os cursos de graduação elencados no resumo de 2022, do INEP, com dados de 2021 (os censos são referentes aos dados do ano anterior) com maior número de matrículas, são cursos que, podemos afirmar, tem maioria feminina. É

o caso de pedagogia e enfermagem, com alta concentração de mulheres. Entre os demais, apenas a graduação em sistema de informação, se no caso, referem-se a tecnologia da informação, difere e, tende a ter alta concentração de homens.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) tem apresentado mais dados sobre a distribuição por sexo em áreas de conhecimento, profissões e ocupações. As formas de classificação são bem abrangentes. Entretanto, os estudos de gênero ou os que têm incorporado essa categoria analítica como um importante indicador tem apontado como as mulheres estão mais na área de serviços, onde aí se incluem as carreiras que se destacam no cuidado com pessoas, como a saúde e a assistência social. As mulheres têm prevalecido em relação aos homens, conforme quadro comparativo da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) nas estatísticas de pessoas com ensino superior completo, em publicação do IBGE com base em dados de 2022. Entre os 25 países elencados, com exceção da Índia, as mulheres têm mais ensino superior completo (IBGE, 2024, p. 5)

Entretanto, conhecer as áreas onde estão se concentrando nas universidades é crucial para dimensionarmos os avanços referentes às mulheres na sociedade, tanto quanto à sua autonomia econômica como à superação de hierarquias sociais. Nesse caso, de gênero.

Conforme Tabela de Rendimento habitual dos trabalhos, por sexo, segundo os grupos ocupacionais no trabalho principal 2022, o que vemos?



Nesse caso, apesar das formas classificatórias do IBGE por demais imprecisas apresentarem algumas dificuldades para os pesquisadores, pode-se afirmar que a distribuição por sexo concentrada em algumas carreiras universitárias, seguem inalteradas, como por exemplo, “trabalhadores dos serviços” – uma imensa concentração de mulheres. No entanto, o que mais provocou curiosidade, foram as concentrações extremas de mulheres, em “diretores e gerentes”. Estas, são atividades

de comando, o que os estudos de gênero têm mostrado, apresentam mais barreiras para o acesso de mulheres. Nesse sentido, é necessário informar a que áreas de conhecimento e competência estamos nos referindo quando mensuramos diretores e gerentes.

Os graus de prestígio, oscilam conforme a área de conhecimento. A associação desses processos de desqualificação profissional com o sexo biológico e as suas representações de gênero, colaboram para desvendar hierarquias. Este enfoque é muito importante para compreendermos as discrepâncias salariais. Essas desqualificações também estão perpassadas pelas associações das atividades laborais com as atividades domésticas, “coisas de mulher”, enfim.

Na tabela, acima, o que é mais relevante para analisarmos é a confirmação de uma tendência de desqualificação das mulheres no mercado de trabalho: em todas as ocupações, com exceção das militares, as mulheres estão em maioria, mas recebem salários mais baixos. Uma surpresa, a informação sobre militares, policiais e bombeiros. Uma das explicações possíveis seria que, nas forças armadas, as mulheres superam o número de homens com formação de nível superior completo. Nesse quesito, elas teriam uma vantagem quanto a discrepância salarial. Outro problema seria a classificação “ocupações elementares”. O que seria, exatamente? Na perspectiva da sociologia das profissões, é conhecida a dificuldade das formas classificatórias, mas os esforços para agregar informações deve ter uma “clareza de propósitos”. Senão, como analisar os dados quanto à prestígio de uma ocupação, complexidade do conhecimento, e o exercício das hierarquias e poder? “Profissionais das ciências intelectuais”? Estão agregando nesse caso, professores de nível superior e professores do ensino fundamental e médio, porque existem muitas diferenças na composição por sexo quanto a estes níveis salariais. Os professores universitários elevaram a média de rendimento que aparece na tabela? O número de mulheres docentes no ensino superior é bem menor do que as mulheres no magistério no ensino fundamental e médio e estas, recebem salários muito mais baixos. A pedagogia é um dos cursos que mais cresceram nos últimos anos e concentra mulheres.

A comparação destas áreas implica que estas informações sejam garantidas. Esse problema quanto à captação dos dados é discutido há muito tempo entre pesquisadores no campo das relações de gênero e ao que parece, avançamos, mas temos um movimento pendular, ou mesmo “gangorra” nesse campo de conhecimento.

O Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, realizado pelo IUPERJ em 1978, no Rio de Janeiro, teve como um de seus pontos altos a análise do uso de conceitos como o de atividade/inatividade econômica ou o de população economicamente ativa/inativa em levantamentos censitários e sua impropriedade para a compressão da real atividade econômica feminina. Presentes ao encontro tanto representantes de organismos internacionais como a OIT – Organização Internacional do Trabalho, quanto nacionais, como o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as discussões acabaram tendo repercussões na reformulação das coletas censitárias posteriores, com importantes consequências para o conhecimento da condição feminina (BRUSCHINI: 1992, p. 291)

A INSERÇÃO EMPÍRICA POR MEIO DE CURSO DE EXTENSÃO

Diante deste quadro de composição por sexo nos cursos universitários, da inserção como docente no Serviço Social – um curso de maioria de mulheres, foi priorizada uma aproximação com o mercado de trabalho, por meio de curso de extensão em áreas afins.

A experiência tem como base, cursos de capacitação continuada realizados na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) para profissionais de áreas afins no campo das políticas públicas relacionadas com os marcos regulatórios da garantia de direitos sociais, no Brasil. Especialmente, na área da assistência social. As parcerias com a Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ), por meio da Gerência de Desenvolvimento e Educação Permanente (GDEP), tem evidenciado a importância da construção de redes integradas de serviços como, por exemplo, entre as ações da assistência social e da saúde. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), prevê a capacitação das equipes que executam a Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Nessa perspectiva, os cursos de extensão têm sido oferecidos por meio do *Programa de Estudos de Gênero, Geração e Etnia: demandas sociais e políticas públicas* - PEGGE/PR-3/FSS/UERJ e, especificamente, no Projeto de Extensão *Educação e direitos humanos em gênero e etnia nº 2115 – DEPEXT/PEGGE/UERJ*, desdobramento do projeto de pesquisa anteriormente citado. Os cursos de extensão são de curta duração. Temas como violência contra a mulher, violência doméstica e diversas expressões da violência de gênero, são muito impactantes nas práticas destas equipes. Desse modo, os cursos têm como foco as relações de gênero e étnico-raciais, que permeiam as situações de extrema violência que a população atendida por estas políticas públicas, vivenciam em seu cotidiano. Os cursos tiveram início em 2013 e ao longo deste período mantiveram-se até a Pandemia COVID-19, ao menos, 1 vez ao ano, de forma presencial. A partir das restrições impostas na Pandemia, não foi oferecido em 2020, mas participamos de um evento oferecido pela GDEP/SMAS/PCRJ. O curso foi retomado em 2021, no formato *on line*.

O objetivo é a formação continuada para profissionais que atuam nas áreas temáticas do projeto de pesquisa e projeto de extensão; difundir e afirmar políticas específicas de gênero e etnia e fortalecer o campo dos direitos humanos no combate às violências de gênero e étnico-raciais.. É oferecido em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social – PCRJ.

Os resultados são satisfatórios, considerando as dificuldades que os temas ainda encontram na formação universitária, sem uma clara referência nas disciplinas curriculares em cursos de graduação, das diferentes áreas que atuam no campo dos direitos humanos, assistência social e saúde. Cada turma, em média, finaliza com

25 a 30 concluintes, apesar das inscrições, superarem 60 inscritos, o que evidencia as dificuldades destes profissionais, apesar do interesse, em acompanharem estas oportunidades oferecidas. Os relatórios anuais da GDEP/SMAS/PCRJ, subsidiaram propostas para os Planos de Desenvolvimento e Educação Permanente, do Município, a partir de 2018, com referências explícitas às demandas de capacitação em gênero e etnia por parte dos profissionais, o que a gerência tem procurado incorporar nos cursos que oferece, em diversas parcerias que estabelece com as Universidades.

CONCLUSÃO

O fato dos cursos de extensão, apresentarem uma maioria esmagadora de mulheres não tem sido objeto de investimento, neste momento da proposta. Entretanto, é uma dimensão a ser explorada futuramente, tendo em vista, alguns depoimentos de profissionais que viveram pessoalmente situações de violência doméstica. Foram orientadas a buscarem o acompanhamento especializado nos equipamentos disponibilizados para este atendimento.

Estes anos, oferecendo a formação continuada, por meio de cursos de curta duração, mostram que a incorporação de disciplinas que tratem das políticas públicas de gênero e etnia, nas grades curriculares dos cursos universitários, são uma medida estratégica para avançarmos na afirmação destas políticas. Os profissionais que atendem a população mais vulnerável demandam a garantia de protocolos para o enfrentamento da violência de gênero e étnico-racial, que se expressam nas cotidianas discriminações de gênero e práticas racistas, em diferentes ambientes e territórios.

O problema quanto ao tratamento dos indicadores de gênero na captação de dados em órgãos oficiais para elaboração de estatísticas confiáveis, permanece.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 8ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior: Divulgação dos resultados. Brasília, DF: Inep, 2023. p.39

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior: Cartilha de Orientação. Brasília, DF: Inep, 2025.

BRUSCHINI, Cristina. O uso de abordagens quantitativas em pesquisas sobre relações de gênero. In Uma questão de gênero. Orgs. Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DA SILVA, Dayse de Paula Marques da. A Educação como campo estratégico na superação de hierarquias de gênero. In Olhares Contemporâneos: Diversidade, Gênero e Sexualidade. Vol.1. Minas Gerais: Editora Real Conhecer, 2022;

DA SILVA, Dayse de Paula Marques. "Profissões, relações de gênero e étnico-raciais." A (não) efetividade das Ciências Jurídicas no Brasil 3. Atena Editora, 2021.

DA SILVA, Dayse de Paula Marques. "As hierarquias de gênero no ambiente de trabalho: quando a violência denuncia a ausência de protocolos de ação preventiva.", Atena Editora, 2023.

DA SILVA, Dayse de Paula Marques. "Gênero, profissões e mercado de trabalho: uma abordagem histórica.", Atena Editora, 2023.

DA SILVA, Dayse de Paula Marques. Capacitação para profissionais que atendem grupos vulneráveis: a perspectiva de gênero e etnia. In: Anais do 5º Congresso Brasileiro de Política, Planejamento e Gestão em Saúde - Vol.2, 2024, Fortaleza. Anais eletrônicos, Galoá, 2024. Disponível em: <<https://proceedings.science/ppgs-2024/trabalhos/capitacao-profissional-para-profissionais-que-atendem-grupos-vulneraveis-a-per?lang=pt-br>> Acesso em: 10 Abr. 2025. DOI - 10.17648/ppgs-2024.

IBGE. Matérias Especiais. Acesso internet <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/22052-as-mulheres-dbrasil.html>, 2024.

LOURO, Guacira Lopes Prendas e antiprendas: uma escola para mulheres. Ed. da Universidade, UFRGS, 1987.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educacao formal e mulher: um balanço parcial da bibliografia. In Uma questão de gênero. Orgs. Albertina de Oliveira Costa, Cristina Bruschini. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica de Joan Scott. Educação e Realidade. UFRGS. v.I8, n.2, jul./dez.1990.

Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2024 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2024.